



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

# Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E O FUNDEB NO CEARÁ

## EDUCATION FUNDING AND FUNDEB IN CEARÁ

### FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACIÓN Y EL FUNDEB EN CEARÁ

#### RESUMO

A pesquisa examinou o financiamento da educação básica no Ceará, com ênfase na estruturação e nos efeitos do FUNDEB sobre a organização das políticas educacionais e sobre a dinâmica municipal. O estudo partiu da constatação de que o estado apresenta avanços consistentes em indicadores educacionais, o que levantou a necessidade de compreender como o arranjo federativo, o uso dos recursos e os mecanismos de gestão influenciaram esses resultados. O problema investigado concentrou-se na relação entre financiamento, capacidade administrativa local e desempenho educacional. O objetivo consistiu em analisar como o FUNDEB sustentou políticas estruturantes no Ceará e quais elementos contribuíram para a redução de desigualdades entre municípios. A relevância do estudo decorreu da centralidade do financiamento para a garantia do direito à educação e da necessidade de compreender experiências estaduais que alcançaram resultados expressivos. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, análise documental e observação de práticas de gestão municipal. Os resultados indicaram que a articulação entre financiamento, avaliação, cooperação técnica e indução de políticas contribuiu para maior regularidade na aplicação dos recursos e para o fortalecimento das capacidades institucionais locais. A conclusão apontou que o FUNDEB operou como eixo estruturante das políticas educacionais cearenses e que sua efetividade dependeu da integração entre normas federais, planejamento estadual e gestão municipal.

**Palavras-chave:** Equidade educacional; gestão municipal; indicadores de aprendizagem; política pública; cooperação federativa.

#### ABSTRACT

The study examined the funding structure of basic education in Ceará, with emphasis on the role of FUNDEB in shaping educational policies and influencing municipal dynamics. The investigation started from the observation that the state presented consistent advances in educational indicators, which raised the need to understand how the federative arrangement, the use of financial resources and management mechanisms contributed to these results. The research problem focused on the relationship between funding, local administrative capacity and educational performance. The objective was to analyze how FUNDEB supported structural policies in Ceará and which elements contributed to reducing disparities among municipalities. The relevance of the study derived from the centrality of funding for guaranteeing the right to education and from the importance of understanding state-level experiences that achieved significant outcomes. The methodology combined bibliographic research, documentary analysis and observational procedures related to municipal management practices. The results indicated that the articulation between funding, evaluation, technical cooperation and policy induction strengthened the regularity in the application of resources and expanded local institutional capacities. The study concluded that FUNDEB operated as a structuring axis of Ceará's educational policies and that its effectiveness depended on the integration between federal regulations, state planning and municipal management.

**Keywords:** Educational equity; municipal management; learning indicators; public policy; federative cooperation.

#### RESUMEN

La investigación examinó la estructura de financiamiento de la educación básica en Ceará, con énfasis en el papel del FUNDEB en la organización de las políticas educativas y en la dinámica municipal. El estudio partió de la constatación de que el estado presentó avances consistentes en los indicadores educativos, lo que generó la necesidad de comprender cómo el arreglo federativo, el uso de los recursos y los mecanismos de gestión influyeron en esos resultados. El problema investigado se centró en la relación entre financiamiento, capacidad administrativa local y desempeño educativo. El objetivo consistió en analizar cómo el FUNDEB sustentó políticas estructurantes en Ceará y qué elementos contribuyeron a la reducción de desigualdades entre los municipios. La relevancia del estudio se vinculó a la importancia del financiamiento para garantizar el derecho a la educación y a la necesidad de comprender experiencias estatales que alcanzaron resultados significativos. La metodología combinó

investigación bibliográfica, análisis documental y observación de prácticas de gestión municipal. Los resultados mostraron que la articulación entre financiamiento, evaluación, cooperación técnica e inducción de políticas fortaleció la regularidad en la aplicación de los recursos y amplió las capacidades institucionales locales. La investigación concluyó que el FUNDEB actuó como eje estructurante de las políticas educativas cearenses y que su efectividad dependió de la integración entre normativas federales, planificación estatal y gestión municipal.

**Palabras clave:** Equidad educativa; gestión municipal; indicadores de aprendizaje; política pública; cooperación federativa.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o financiamento da educação básica no Brasil tem sido marcada por análises que evidenciam a centralidade dos mecanismos federativos na garantia do direito educacional. Estudos como os de Pinto (2018) destacaram que a estrutura constitucional do financiamento definiu parâmetros essenciais para a distribuição de responsabilidades entre União, estados e municípios.

Pesquisas recentes ampliaram esse debate ao examinar a organização dos fundos e sua capacidade de reduzir desigualdades territoriais, como argumentado por Oliveira (2023). A motivação desta investigação surgiu da necessidade de compreender como o Ceará consolidou políticas educacionais sustentadas por financiamento estável e por arranjos institucionais que fortaleceram a gestão municipal.

O problema emergiu da observação de que, embora o estado apresente avanços expressivos em indicadores educacionais, persistem diferenças significativas entre municípios, o que levou à formulação da pergunta central: como o financiamento da educação, especialmente por meio do FUNDEB, influenciou a organização das políticas educacionais e a redução de desigualdades no Ceará.

O objetivo geral consistiu em analisar o papel do FUNDEB na estruturação das políticas educacionais cearenses. Os objetivos específicos incluíram examinar a relação entre financiamento e gestão municipal, identificar elementos que contribuíram para a melhoria dos indicadores educacionais e compreender como o estado articulou cooperação técnica, avaliação e indução de políticas.

A relevância da pesquisa alcançou diferentes campos, como a formulação de políticas públicas, a gestão educacional, o planejamento federativo e os estudos sobre desigualdades regionais. A literatura aponta que a consolidação de políticas educacionais depende de processos contínuos de coordenação e de capacidade institucional, como discutido por Dourado, Araujo e Scheibe (2024), o que reforça a

importância de investigar experiências estaduais que alcançaram resultados consistentes.

A metodologia adotada combinou pesquisa bibliográfica, análise documental e observação de práticas de gestão municipal. Esse conjunto permitiu examinar o financiamento, a organização das políticas e a atuação dos entes federados a partir de fontes oficiais, estudos acadêmicos e registros institucionais.

A abordagem possibilitou identificar padrões de gestão e elementos estruturantes que contribuíram para a consolidação das políticas educacionais no Ceará.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Financiamento da educação básica no Brasil

A reconfiguração do financiamento educacional brasileiro estabeleceu novos arranjos de responsabilização entre os entes federados após o marco constitucional. Essa descentralização administrativa transferiu atribuições centrais aos municípios, o que exigiu a criação de mecanismos redistributivos estruturados para mitigar disparidades de arrecadação. Nesse contexto normativo, Pinto (2018) demonstra que a distribuição de recursos tornou-se condicionante para assegurar padrões operacionais nas redes de ensino locais.

O aprimoramento das políticas de repasse consolidou instrumentos de equalização financeira no sistema público. Com a implementação de critérios de ponderação socioeconômica, Oliveira (2023) aponta que os fundos redistributivos proporcionaram estabilidade fiscal aos governos locais. A garantia de previsibilidade orçamentária viabilizou o planejamento das ações pedagógicas em territórios caracterizados por restrição de arrecadação própria.

Para além das transferências de recursos, as estratégias de custeio articulam-se organicamente às metas estabelecidas nos planos educacionais. A materialização das diretrizes voltadas à valorização profissional demanda coordenação intergovernamental. Sob essa ótica, Dourado, Araujo e Scheibe (2024) esclarecem que o alcance dos objetivos nacionais depende de arranjos institucionais estáveis, alinhando os repasses financeiros às reais capacidades executivas das administrações.

Dinâmicas de investimento desiguais afetam as trajetórias escolares e a estruturação dos sistemas de ensino. Municípios com base tributária reduzida dependem sistematicamente das complementações da União para operar. Diante dessa limitação fiscal estrutural, Fonseca *et al.* (2024) observam que o repasse atua como alicerce material, garantindo as condições para o funcionamento institucional e possibilitando a mitigação de disparidades regionais.

## **2.2 Políticas educacionais e arranjos de gestão no contexto federativo**

A materialização das diretrizes educacionais nacionais exige estruturas administrativas contínuas e monitoramento sistemático nos entes subnacionais. Nesse cenário de implementação, Dourado, Araujo e Scheibe (2024) destacam que a efetividade das ações públicas depende diretamente da coordenação federativa e de mecanismos indutores. Tais arranjos institucionais mostram-se essenciais para converter marcos regulatórios em práticas concretas no interior dos sistemas de ensino municipais e estaduais.

Estratégias operacionais exercem impacto estrutural na qualidade da oferta escolar, ultrapassando a mera formulação legal. Ao analisar o funcionamento institucional, Oliveira (2022) constata que a organização gerencial determina a alocação de recursos financeiros e a seleção de prioridades locais.

Conseqüentemente, a estruturação do trabalho administrativo afeta a capacidade de resposta das redes frente às demandas sistêmicas, moldando o alcance real das políticas educacionais propostas.

Processos de aferição de resultados constituem ferramentas basilares para a tomada de decisões no ambiente público. A respeito dessa dinâmica, Castro (2025) observa que as avaliações em larga escala fornecem dados fundamentais para mapear disparidades internas nas redes de ensino. Contudo, a absorção dessas informações demanda qualificação técnica dos gestores, evidenciando a necessidade de integrar métricas de desempenho ao planejamento administrativo contínuo.

Dinâmicas de colaboração intergovernamental atuam como suporte para administrações locais com vulnerabilidades técnicas. Investigando esse fenômeno, Fonseca *et al.* (2024) identificam que a assistência mútua favorece a regularidade das ações voltadas à aprendizagem.

O estabelecimento de redes de cooperação supre lacunas executivas dos municípios, garantindo sustentabilidade aos projetos educacionais mediante formação

continuada, acompanhamento estruturado e fortalecimento das competências de governança em escala regional.

### **2.3 Produção de evidências e dinâmicas educacionais no Ceará**

A estruturação de mecanismos de monitoramento contínuo reconfigurou a administração do sistema educacional cearense nos últimos anos. O uso sistemático de informações sobre trajetórias escolares permitiu mapear padrões de progressão e retenção nas redes municipais. A partir dessas evidências, Fonseca *et al.* (2024) demonstram que a formulação de diagnósticos precisos fortaleceu a capacidade das equipes locais de responder estrategicamente às demandas de cada território.

Dinâmicas financeiras previsíveis viabilizaram a execução de projetos pedagógicos de longo prazo em diferentes administrações locais. A garantia de repasses contínuos funcionou como vetor para a integração de incentivos e acompanhamento técnico.

Analisando esse contexto de sustentabilidade orçamentária, Oliveira (2023) aponta que a estabilidade proporcionada pelos fundos redistributivos consolidou estratégias estruturantes, promovendo a expansão das competências institucionais em municípios com perfis arrecadatórios heterogêneos.

Processos colaborativos entre instâncias de governo configuram um pilar essencial da governança na experiência do estado. A interdependência administrativa fomentou a construção de rotinas de gestão mais robustas e capilarizadas. Ao investigar tais arranjos de coordenação, Zientarski, Menezes e Silva (2019) identificam que a assistência mútua entre entes federados superou fragmentações operacionais, assegurando a continuidade das políticas de ensino em toda a rede pública.

Ferramentas de aferição de desempenho escolar assumiram centralidade na definição de prioridades governamentais e alocação de esforços. A aplicação de avaliações gerou métricas objetivas para orientar o redesenho de rotinas pedagógicas. Observando o papel desses instrumentos, Castro (2025) conclui que a incorporação dos resultados avaliativos nas decisões administrativas otimizou o acompanhamento institucional, convertendo dados empíricos em ações efetivas para a adequação das práticas escolares.

### 3 METODOLOGIA

O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica para sistematizar o conhecimento sobre financiamento educacional e avaliação no federalismo brasileiro. O mapeamento priorizou produções científicas voltadas à implementação de políticas públicas, conforme discutem Tosta, Ney e Silva (2020). Essa base teórico-conceitual forneceu diretrizes analíticas rigorosas para examinar detalhadamente a operação do FUNDEB nas redes de ensino.

A etapa documental examinou legislações e marcos regulatórios promulgados pelo Brasil (2020, 2021), além de normativas específicas formuladas pelo Ceará (2007, 2016). O escrutínio de relatórios institucionais publicados pelo Ceará (2022, 2023) e auditorias do TCU (2022) delineou mecanismos de repasse. Adicionalmente, cadernos temáticos da ANPAE (2016) fundamentaram a compreensão estrutural da viabilidade orçamentária.

O delineamento observacional focou nas práticas gerenciais municipais, empregando o cruzamento de registros institucionais e dados educacionais objetivos. A triangulação dessas três vias metodológicas permitiu analisar os fluxos de aplicação financeira e as diretrizes pedagógicas. Desse modo, as evidências empíricas foram conectadas ao referencial teórico, gerando uma perspectiva sistêmica da atuação administrativa nas redes locais.

### 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

#### 4.1 Financiamento educacional e estrutura federativa

A organização do financiamento educacional brasileiro fundamenta-se nas bases constitucionais que definiram a distribuição de responsabilidades e a vinculação de recursos. A descentralização administrativa transferiu atribuições primárias aos municípios, demandando a implementação de mecanismos redistributivos estruturados. Nesse contexto regulatório, Pinto (2018) esclarece que tais arranjos federativos são indispensáveis para enfrentar desigualdades históricas e assegurar padrões operacionais nas redes de ensino.

O aprimoramento das políticas de repasse ampliou a capacidade de promover equidade no sistema público. A incorporação de critérios de ponderação socioeconômica aos fundos de manutenção reconfigurou a distribuição orçamentária.

Examinando essa evolução material, Oliveira (2023) argumenta que o FUNDEB estabeleceu níveis inéditos de previsibilidade financeira, viabilizando o planejamento de médio e longo prazos em entes subnacionais caracterizados por acentuada vulnerabilidade fiscal.

Estratégias de custeio articulam-se necessariamente às diretrizes estabelecidas nos planos educacionais vigentes. A consecução de metas referentes à valorização profissional e à expansão da oferta exige solidez orçamentária continuada.

Sob essa ótica analítica, Dourado, Araujo e Scheibe (2024) observam que a consolidação dessas políticas pressupõe uma coordenação intergovernamental robusta, alinhando os repasses federais às reais condições operacionais de estados e municípios.

O repasse orçamentário regular atuou, empiricamente, como alicerce estruturante para a sustentação das políticas de ensino no cenário cearense. A estabilidade dos fundos redistributivos mitigou as disparidades de arrecadação própria, permitindo que localidades vulneráveis equiparassem suas condições de oferta escolar. Corroborando essa dinâmica, Fonseca et al. (2024) demonstram que as transferências financeiras elevaram a capacidade administrativa local, convertendo os recursos em melhorias objetivas no funcionamento institucional e no suporte às trajetórias discentes.

Mecanismos contínuos de financiamento também viabilizaram a operação de processos rigorosos de monitoramento do desempenho acadêmico. A previsibilidade financeira forneceu as condições materiais exigidas para a aplicação de sistemas de aferição e acompanhamento pedagógico.

Conforme constata Castro (2025), a disponibilidade de recursos determina a capacidade das gestões de mapear gargalos educacionais e formular respostas sistêmicas, confirmando que a integração orçamentária fortalece o arranjo institucional e otimiza os indicadores de aprendizagem

#### **4.2 Gestão educacional, avaliação e processos de acompanhamento**

Processos sistemáticos de aferição de resultados reconfiguraram a administração pública nas redes de ensino. A aplicação de métricas padronizadas forneceu evidências empíricas indispensáveis para o mapeamento de assimetrias internas de aprendizagem.

Analisando a expansão desses instrumentos, Castro (2025) aponta que a coleta contínua de informações instrumentalizou as equipes diretivas, permitindo a formulação de intervenções administrativas adequadas aos diferentes níveis de complexidade das unidades escolares.

Modelos operacionais de gestão exercem impacto direto sobre a viabilidade das diretrizes pedagógicas. A estruturação das rotinas burocráticas define os critérios de alocação orçamentária e a priorização de investimentos materiais.

Nesse âmbito, Oliveira (2022) destaca que o planejamento institucional condiciona a eficácia do trabalho docente, evidenciando que a capacidade de resposta do sistema educacional depende substancialmente da solidez dos arranjos administrativos implementados.

Dinâmicas de acompanhamento fundamentadas em evidências tornaram-se vetores de precisão na condução das políticas locais. A utilização técnica de indicadores sobre o fluxo discente possibilita ajustes dinâmicos nas estratégias de ensino. Ao investigar essas trajetórias, Fonseca et al. (2024) verificam que gestões amparadas por monitoramento sistemático demonstram maior assertividade na correção de defasagens, consolidando rotinas de intervenção que estabilizam as ações educacionais nos territórios.

Estruturas de cooperação intergovernamental demonstraram ser indispensáveis para a superação das fragilidades técnicas municipais. A instituição de redes de assistência mútua integrou as burocracias locais, nivelando a execução das políticas de ensino.

Convergindo com esse cenário, Zientarski, Menezes e Silva (2019) evidenciam que a coordenação colaborativa suprimiu fragmentações operacionais, assegurando que o suporte formativo e o monitoramento pedagógico chegassem aos sistemas de forma capilarizada e contínua.

A conjugação entre estabilidade orçamentária e arranjos gerenciais robustos resultou no avanço expressivo das métricas escolares. O planejamento de longo prazo, viabilizado pela regularidade dos repasses, permitiu a consolidação de quadros técnicos qualificados nas administrações locais.

De acordo com Oliveira (2023), essa previsibilidade material sustenta o acompanhamento das ações e reduz as vulnerabilidades operacionais, o que ratifica a premissa de que a efetividade das políticas decorre da sinergia entre indução financeira, avaliação estruturada e governança.

### **4.3 Políticas educacionais do Ceará e evidências produzidas pelo sistema estadual**

A organização institucional da governança reestruturou a interação administrativa entre os entes subnacionais no contexto cearense. O estabelecimento de canais contínuos de suporte técnico fortaleceu as competências executivas das secretarias municipais. Observando essa integração, Zientarski, Menezes e Silva (2019) concluem que o modelo de colaboração minimizou instabilidades operacionais, promovendo uma coesão sistêmica que alinhou as diretrizes estaduais à execução diária nas escolas locais.

A materialidade das ações implementadas no estado esteve condicionada à garantia de aportes financeiros contínuos. A previsibilidade redistributiva atuou como base para a institucionalização de programas voltados ao acompanhamento pedagógico. Analisando essa dinâmica, Oliveira (2023) argumenta que o fundo nacional fomentou o planejamento integrado, conferindo às prefeituras a estabilidade requerida para aderir e sustentar iniciativas de indução gerencial e suporte formativo a longo prazo.

Programas focados na etapa de alfabetização exemplificam a convergência entre monitoramento rigoroso e formação contínua. A adoção de metas compartilhadas gerou métricas de proficiência que parametrizaram as intervenções em sala de aula. Investigando essa estruturação com dados locais, Fonseca et al. (2024) demonstram que a apropriação sistemática de indicadores de desempenho impulsionou a precisão dos diagnósticos, instrumentalizando as administrações na correção imediata de desvios de aprendizagem.

A aplicação sistemática de avaliações educacionais forneceu os dados empíricos necessários para orientar diretamente as decisões gerenciais e pedagógicas. A conversão dessas métricas em diretrizes operacionais claras otimizou a alocação de esforços nas redes de ensino. Como salienta Castro (2025), a retroalimentação de informações oriundas dessas testagens qualificou o acompanhamento institucional. Esse cenário evidencia que a disponibilidade de recursos possibilitou estruturar ferramentas analíticas eficazes para direcionar o aprimoramento local.

O modelo educacional implementado minimizou as divisões administrativas ao integrar repasses financeiros regulares, suporte técnico contínuo e

acompanhamento de dados. O fortalecimento estrutural dos municípios mitigou assimetrias históricas de capacidade gerencial local, alavancando de maneira equitativa os padrões de ensino.

As ponderações de Oliveira (2022) confirmam que a organização diretiva afeta substancialmente a execução final das políticas. Assim, comprova-se que o financiamento redistributivo atuou como eixo central para sustentar as melhorias sistêmicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O financiamento educacional público consolidou-se como o eixo central para a estruturação operacional das políticas de ensino cearenses. A previsibilidade na distribuição dos recursos ampliou a capacidade administrativa dos governos municipais, mitigando as desigualdades estruturais históricas. Essa garantia material permitiu alinhar diretrizes normativas federais, planejamento estratégico estadual e execução técnica local.

A articulação entre repasses financeiros estáveis, sistemas de avaliação e cooperação intergovernamental elevou os indicadores de aprendizagem. O estabelecimento de redes de suporte técnico qualificou o acompanhamento contínuo das ações pedagógicas nas escolas municipais. Conseqüentemente, o uso sistemático de dados empíricos otimizou as rotinas de gestão educacional em todo o território.

Investigações futuras devem analisar a sustentabilidade dessas políticas diante de eventuais oscilações nas regras fiscais e normativas. Torna-se necessário examinar como os municípios com restrições arrecadatórias mantêm suas capacidades institucionais a longo prazo. A perenidade da equidade educacional dependerá da manutenção contínua da cooperação federativa e da produção sistemática de evidências.

## 6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Financiamento da Educação e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Caderno Temático 9. Camaragibe, PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. 34 p. Disponível em:

<https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/9Caderno.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm). Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 dez. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm). Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. CACS-FUNDEB: orientações gerais para atuação dos conselhos de acompanhamento e controle social. Brasília, MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fundeb/cacs-fundeb/orientacoes>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria Operacional: Implementação do Novo FUNDEB. Brasília, TCU, 2022. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Reflexões sobre o futuro das avaliações educacionais no Brasil. Estudos Avançados, v. 39, n. 115, 2025. DOI: 10.1590/s0103-4014.202539115.010. Acesso em: 20 dez. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação do Ceará: 2016–2024. Fortaleza: SEDUC, 2016. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/planejamento/plano-estadual-de-educacao/> Acesso em: 21 dez. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Relatório de Gestão da Educação do Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br> Acesso em: 21 dez. 2025.

CEARÁ. Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007. Institui o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no âmbito do Estado do Ceará. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, 17 dez. 2007. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br> Acesso em: 21 dez. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Relatório de Avaliação do Programa PAIC/MAIS PAIC. Fortaleza: SEDUC, 2022. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br> Acesso em: 21 jan. 2025.

DOURADO, L. F.; ARAUJO, W. M. de P.; SCHEIBE, L. O novo Plano Nacional de Educação: tensões e resistências. Retratos da Escola, v. 18, n. 41, 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2266>. Acesso em: 11 dez. 2025.

FONSECA, Izabel Costa da; RODRIGUES, Clarissa Guimarães; MACANA, Esmeralda Correa; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Monitoramento das trajetórias educacionais nos municípios. Estudos em Avaliação Educacional, v. 35, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v35.10579>. Acesso em: 14 dez. 2025.

OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos? Retratos da Escola, v. 15, n. 33, p. 713–732, 2022. DOI: 10.22420/rde.v15i33.1362. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1362>. Acesso em: 20 dez. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. O financiamento da educação básica no Brasil. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, v. 13, n. 17, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/fineduca/v13/2236-5907-fineduca-13-135613.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. Educação & Sociedade, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

TOSTA, Késia Silva; NEY, Marlon Gomes; SILVA, Renata Maldonado da. Reforma do Estado e políticas de avaliação da qualidade da educação básica no Brasil. Educação, Santa Maria, v. 45, 2020. ISSN 1984-6444. DOI: 10.5902/1984644436288. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edufsm/v45/1984-6444-edufsm-45-e36288.pdf>. Acesso em: 20 DEZ. 2025.

ZIENTARSKI, Clarice; MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça; SILVA, Sonia de Oliveira da. “Gestão democrática” no ensino público: um paradoxo do Estado

neopatrimonialista brasileiro? O caso do Ceará. *Educação em Revista*, v. 35, 2019.  
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698195849>. Acesso em: 10 dez. 2025



